

# ECONOMIA EM DEBATE: ensaio sobre a crise diante da estrutura econômica recente do Brasil

Por Francisco Prancaco Araújo de Carvalho\*, João Paulo Farias Fenelon\*\* e João Batista Lopes\*\*\*

**Resumo:** a crise promove graves consequências econômicas e sociais. Nesse sentido, torna-se relevante entender a dinâmica de alguns dos principais indicadores da economia brasileira como forma de compreender a seguinte questão: qual a crise brasileira atual? Assim, objetiva-se apresentar indicadores macroeconômicos recentes que identifiquem a referida crise. Para tanto, houve uma análise exploratória, essencialmente com uso de dados do International Monetary Fund (IMF), Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil. Dentre os resultados, julga-se a consolidação de uma crise de tendência anunciada, essencialmente associada a dívida pública e crise política.

**Palavras-chave:** Macroeconomia. Política. Evolução econômica.

**Abstract:** the crisis promotes serious economic and social consequences. In this sense, it is relevant to understand the dynamics of some of the key indicators of the Brazilian economy as a way of understanding the question: what is the current Brazilian crisis? Thus, the objective is to present recent macroeconomic indicators that identify the said crisis. Therefore, there was an exploratory analysis, essentially with the use of data of International Monetary Fund (IMF), National Treasury and Brazilian Central Bank. Among the results, it is considered the consolidation of an announced trend crisis, mainly associated with public debt and political crisis.

**Keywords:** Macroeconomics. Policy. Economic evolution.

## 1 Introdução

Averiguar a realidade do Brasil ao longo do tempo colabora para se instigar avaliações sólidas sobre a crise econômica atual, sem meramente apontar de forma precipitada soluções frágeis e deficientes para os problemas do Brasil. O escopo deste artigo limita-se a uma apresentação diagnóstica da situação do Brasil entre 1994 e 2015, de maneira que se revele a crise econômica,

através de alguns indicadores macroeconômicos selecionados. Este artigo surgiu de inquietações, inspirações, teorias e discussões sobre economia, o Brasil e a crise. Trata-se de uma base para se discutir a mesoeconomia no âmbito da tese de doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente que está em curso.

## 2 A Crise Diante dos Indicadores Macroeconômicos do Brasil

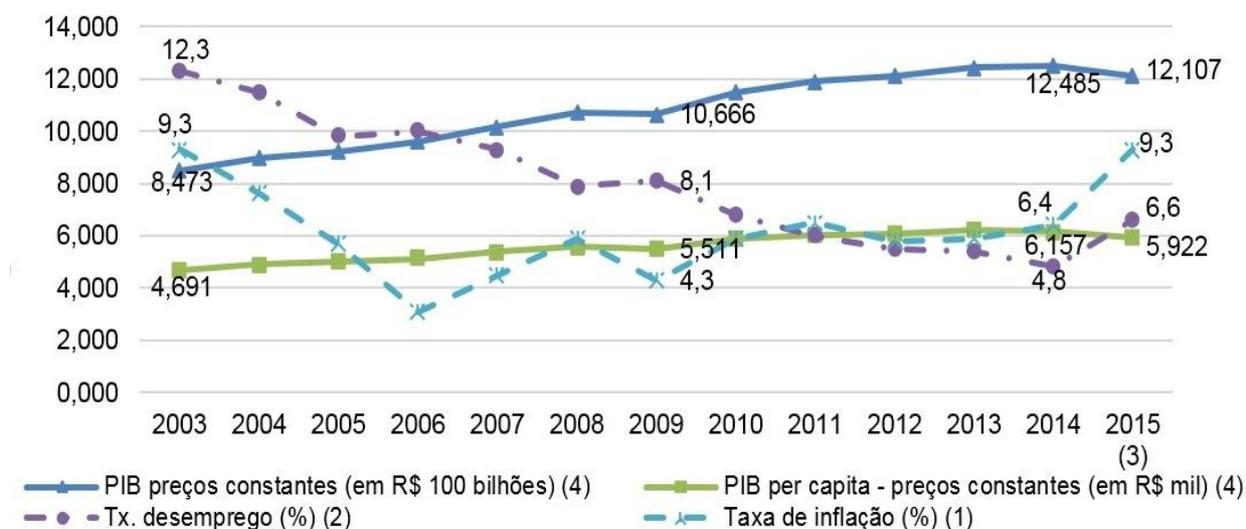
Será que o modelo econômico e social do Brasil se fundamenta em relações desiguais de dependências tecnológica, comercial e financeira, no âmbito da dinâmica de um capitalismo contemporâneo mantenedor das referidas relações? Além disso, os indicadores da economia revelam uma crise, provocada pelos erros da política macroeconômica do governo e de tendência da estrutura da economia do País?

O atual debate sobre a crise brasileira rodeia duas discussões: economia e dívida pública. O Gráfico 1 exibe alguns indicadores macroeconômicos selecionados da economia brasileira de 2003 a 2015 (O apêndice A expõe um maior número de indicadores no corte temporal de 1994 a 2015).

(cf. Apêndice A), desde 2010. O PIB real (a preços constantes) e o PIB *per capita* (a preços constantes) mantiveram a tendência crescente desde 2003 a 2014. Deve-se destacar que as oscilações das taxas de crescimento real da economia ano a ano tendem a acompanhar a trajetória dos investimentos, como já evidenciava Keynes (1996). Quedas nas taxas de investimento provocam redução nas taxas de crescimento real da economia. Isso vem ocorrendo desde 2010 (cf. Apêndice A).

A média da taxa de crescimento anual do PIB a preços constantes de 2003 a 2014 foi 3,4% ao ano (ver Apêndice A), não muito distante da mesma taxa para o mundo, que foi 4,0% no mesmo período; e a população brasileira cresceu, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (2015a), a uma taxa média geométrica anual de aproximadamente 1,17% entre 2000 e 2010.

**Gráfico 1** – Produto interno bruto, produto interno bruto *per capita*, inflação, taxa de desemprego. Brasil. 2003-2015



Fonte: International Monetary Fund, 2015.

Notas:

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Taxa acumulada no período.

(2) Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Taxa média do período. Houve mudança de metodologia a partir de março de 2002.

(3) Resultados estimados.

(4) Preços-base = 1995.

No corte realizado (2003-2015), no Gráfico 1 verifica-se a tendência de crescimento do produto interno bruto (PIB) real (a preços constantes), que passou de R\$ 8,47 (em 100 bilhões), ou seja, R\$ 847,3 bilhões em 2003, para R\$ 12,107 (em 100 bilhões) ou melhor, 1 trilhão e 210 bilhões e 700 milhões, em 2015.

Os investimentos também têm apresentado tendência de crescimento, mas a taxas decrescentes desde de 2007 a 2014, apesar de sua tendência de queda da participação no total do PIB

Em média, o PIB cresceu, de 2003 a 2014, acima do crescimento populacional. No mesmo período, o PIB *per capita* a preços constantes (medida de crescimentos econômico) apresentou tendência de crescimento, passando de R\$ 4.691,00 em 2003 para R\$ 6.157,00 em 2014. Apesar das oscilações cíclicas, sua média de crescimento anual no referido período foi de 2,31%, abaixo da Argentina, com 4,8%, e da Colômbia, com 3,9%; entretanto, houve crescimento econômico, aumento do produto acima do

crescimento populacional. Em relação à inflação, verificou-se uma tendência de crescimento a partir de 2006, passando de 3,1% neste ano, para 6,1% em 2014; uma média no período de 5,1%. A taxa de desemprego vinha também seguindo uma tendência de queda desde de 2003: passou de 12,3% em 2003 para 4,8% em 2014; uma queda de aproximadamente 61% de 2003 para 2014, representando uma média anual de 8,1% no período.

Os indicadores macroeconômicos ora apresentados não revelaram mudanças bruscas na trajetória da economia de 2003 a 2014, apenas a inflação teve redirecionamento de sua trajetória. De fato, os indicadores revelam piora apenas em 2015. É possível que a estrutura da economia nacional tenha esgotado a capacidade de manter o crescimento econômico? Ou se encontra em um ponto de inflexão cíclico, natural na atividade econômica?

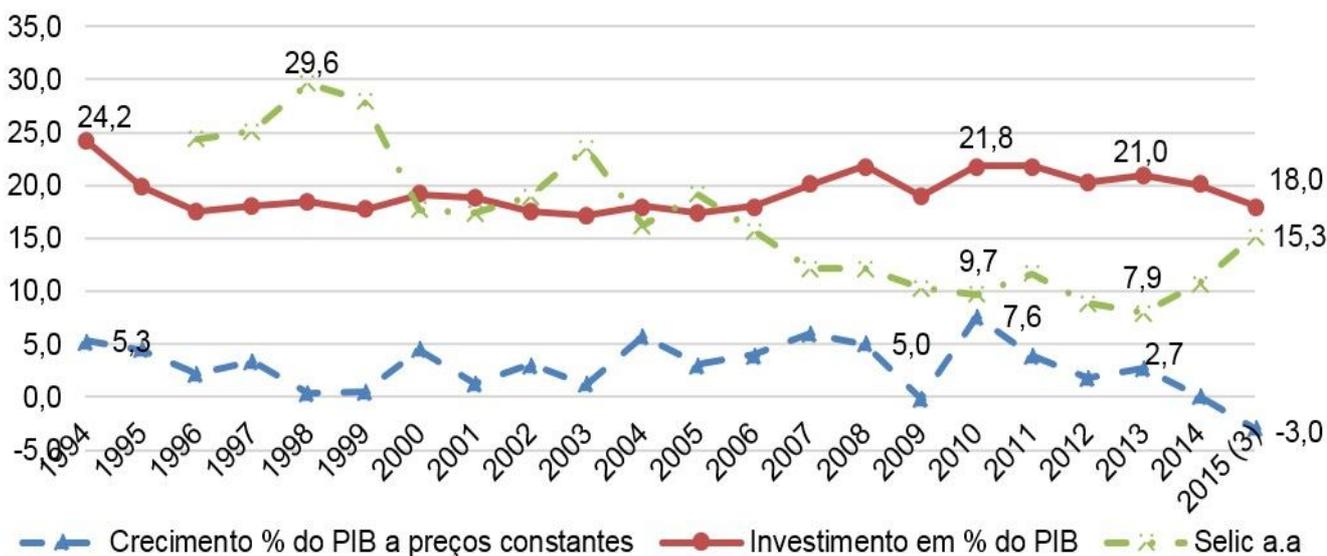
O Gráfico 2 mostra as variações do PIB a preços constantes, da taxa de juros Selic e dos investimentos em percentual do PIB. De 1996 a 2005, verifica-se baixa associação dos investimentos em relação aos juros Selic; período de relativa estagnação dos investimentos no total do PIB. Entre 2000 e 2005, apesar de uma leve tendência de queda dos investimentos (percentual do PIB), as taxas de crescimento do PIB real apontavam tendência crescente. A partir de 2005, a tendente queda da taxa de juros coincidiu com tendência do crescimento da taxa de investimento em percentual do PIB (a taxas decrescentes) até 2013, que imprimiu as oscilações do crescimento do

PIB real, que, mesmo assim, já vinha em tendência de queda desde de 2010. Depois de 2013, ocorreram contrações dos investimentos, elevação dos juros e redução do PIB.

A política anticíclica de tendência de queda dos juros, estímulos à demanda, com redução de impostos e ampliação dos créditos (sob inspiração do modelo da Ásia) funcionou relativamente entre 2003 e 2013. Apesar do aumento médio dos investimentos (percentual do PIB), depois de 2006 as taxas de crescimento do PIB a preços constantes mantiveram tendência de queda, especialmente depois de 2010. Essencialmente, após 2009, o crescimento do PIB foi puxado pela expansão da demanda agregada, consumo da família, gasto do governo e formação de capital fixo, como mostram os dados das Contas Nacionais do IBGE (2015b). A partir de 2013, houve estagnação dos efeitos da política econômica; os investimentos (percentual do PIB), o PIB real e o PIB *per capita* começaram uma trajetória de queda, seguida pelo aumento da inflação e do desemprego.

Depois de 2013, a taxa de juros tendeu a se elevar diante da tendência de crescimento da inflação, alterações no ambiente das expectativas dos agentes econômicos e esgotamento dos efeitos de estímulos da demanda agregada. Ação de política que favoreceu o controle inflacionário e os ganhos do capital, mas que foi contra a perspectiva teórica de expansão da economia e de redução de impacto nas contas públicas (COSTA FILHO, 2012, 2014, 2015).

**Gráfico 2** – crescimento percentual do PIB a preços constantes - base 1995, investimentos em percentual do PIB e taxa básica de juros Selic (1). 1994-2015 (2)



Fonte: International Monetary Fund, 2015; Banco Central do Brasil, 2015a.

Notas:

(1) Taxa média calculada a partir das decisões nas reuniões periódicas do Copom.

(2) Média entre janeiro a novembro de 2015.

(3) Estimativa.

Os indicadores das contas externas e do governo, a crise política e as expectativas negativas sobre o futuro da economia podem colaborar para explicar a crise econômica.

Os dados do Banco Central do Brasil (Bacen) (2015b) mostram a tendência negativa crônica das transações correntes do País, influenciada essencialmente pelo crescente saldo negativo dos serviços e renda, que atingiram US\$ 89,251 bilhões em 2014 (cf. Gráfico 3). Principalmente a partir de 2006, acentuou-se a tendência de queda dos saldos da balança comercial, dos serviços e renda e, por consequência, das transações correntes; por outro lado, elevou-se, só que em tendência crescente, a entrada de recursos externos no País pela conta capital e financeira. Esta, somente em 2014 obteve um saldo de US\$ 98,399 bilhões, sendo 67,5% de investimento direto externo e 31,2% de investimento em carteira, como evidenciam os dados do Bacen (2015b).

O crescimento da entrada de divisas pela conta de capital e financeira, impactou diretamente na saída de renda em períodos seguintes, que foram registrados na balança de renda, elevando a tendência o déficit crônico nas transações correntes.

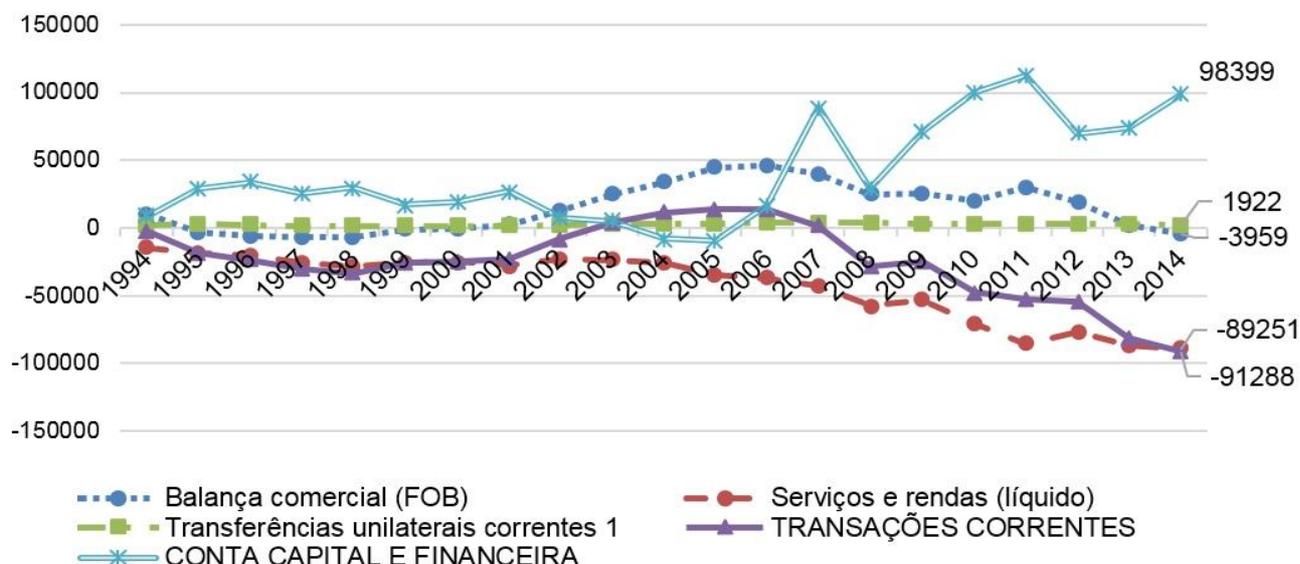
O modelo da economia real baseada em *commodities* para o mercado externo subsidia o esforço de busca de divisas em moeda estrangeira para sustentar essa corrosão das contas externas (MAGALHÃES, 2009).

Além disso, a disputa por poupança externa cria elevado risco e custo para a nação e o ingresso de recursos externos pode ser canalizado para consumo, o que evidencia a estagnação dos níveis de formação bruta de capital no Brasil. Não basta a existência de poupança, esta é consequência do processo de investimento a partir de planejamento e estratégias de desenvolvimento, a exemplo do modelo asiático. A poupança é criada de forma endógena para financiar a formação de capital (MAGALHÃES, 2009).

[...] o determinante principal do sucesso de políticas de desenvolvimento não é a existência de margem adequada de poupança (interna e externa), mas a capacidade do país de garantir mercado de dimensão e de dinamismo adequados às suas atividades produtivas. (MAGALHÃES, 2009, p. 52).

Já em relação às contas do governo, a Tabela 1 expõe receitas, despesas, juros e amortizações, resultado primário e nominal e dívida líquida e bruta do governo geral. Percebe-se que as receitas e despesas públicas tiveram tendência de crescimento, mesmo que a taxas decrescentes entre 2000 e 2010. Nesse período, destaca-se que houve aproximação das curvas de receita e despesas, reduzindo, por consequência, a Necessidade de Financiamento do Governo Geral (NFGG). Paralelamente, e especialmente a partir de 2002, houve redução da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) e da Dívida Líquida do Governo Geral (DLGG). Já depois de 2010, ocorreu tendência de redução das receitas (em percentual

**Gráfico 3** - Balanço de pagamentos do Brasil, em US\$ milhões. 1994-2014 (1)



Fonte: Banco Central do Brasil, 2015b.

Nota:

(1) Transações correntes = balança comercial + serviços e renda + transferências unilaterais correntes. Metodologia conforme o quinto manual do Fundo Monetário Internacional.

**Tabela 1 - Receitas, despesas, juros e amortizações, resultado primário e nominal e dívida líquida e bruta do governo geral. Brasil. 1994-2015<sup>1</sup>**

Anos	Receitas	Despesas	Juros e Encargos da Dívida	Amortização da Dívida	(A+B) / Receita	Result. Primário	Juros Nominais	NFGG (C+D) (4)	DLGG (5)	DBGG (6)
	(2)	(2)	(A) (3)	(B) (3)		(C)	(D)	(C+D) (4)	(5)	(6)
	% PIB	% PIB	R\$ bilhões	R\$ bilhões	em %	% PIB	% PIB	% PIB	% PIB	% PIB
1994	-	-	9,8	34,4	-	-	-	-	-	-
1995	-	-	16,8	86,8	-	-	-	-	-	-
1996	32,8	38,1	19,5	108,9	45,6	-	-	-5,3	-	-
1997	32,9	38,5	21,0	134,6	49,5	-	-	-5,6	-	-
1998	33,6	40,8	196,7	30,8	67,4	-	-	-7,2	-	-
1999	34,3	39,4	45,4	269,2	84,0	-	-	-5,2	-	-
2000	31,1	34,4	38,8	301,0	90,9	-	-	-3,3	46,8	65,4
2001	33,0	36,2	52,8	220,0	62,7	3,2	-6,4	-3,2	51,5	70,0
2002	34,4	38,9	55,3	235,8	56,7	3,2	-7,6	-4,4	59,8	78,7
2003	35,8	40,9	65,7	383,1	72,9	3,2	-8,4	-5,2	54,2	73,7
2004	35,3	38,2	74,4	364,4	63,4	3,7	-6,6	-2,9	50,2	70,0
2005	36,2	39,8	89,8	499,9	74,9	3,7	-7,3	-3,5	47,9	68,5
2006	35,6	39,2	151,2	376,8	61,5	3,2	-6,7	-3,6	46,5	65,8
2007	34,9	37,7	140,1	374,8	54,2	3,2	-6,0	-2,7	44,2	63,8
2008	35,9	37,4	110,2	277,8	34,8	3,8	-5,3	-1,5	37,1	61,9
2009	34,0	37,2	124,2	265,6	34,5	1,9	-5,1	-3,2	40,4	65,0
2010	36,1	38,8	122,0	373,4	35,3	2,3	-5,0	-2,7	38,0	63,0
2011	35,1	37,6	131,0	479,4	39,7	2,9	-5,4	-2,5	34,5	61,2
2012	35,4	38,0	134,1	299,0	25,9	2,0	-4,5	-2,6	32,9	63,5
2013	35,6	38,6	141,7	459,0	32,7	1,8	-4,8	-3,1	31,5	62,2
2014	34,0	40,2	170,4	616,8	41,9	-0,6	-5,6	-6,2	34,1	65,2
2015 (1)	33,5	41,2	185,8	471,5	33,6	-0,4	-7,3	-7,7	38,0	69,9

Fonte: International Monetary Fund, 2015; Tesouro Nacional, 2015.

Notas:

(1) Resultados estimados. Os resultados das colunas (A) e (B) em 2015 referem-se aos valores acumulados e consolidados de janeiro a setembro de 2015.

(2) Referente ao governo geral financeiro e não financeiro (União, federações e municípios).

(3) Referente ao governo central (Tesouro Nacional).

(4) Necessidade de Financiamento do Governo Geral ou *Deficit* Nominal (NFGG).

(5) Dívida Líquida do Governo Geral (DLGG).

(6) Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG).

do PIB), apesar da relativa estabilidade de 2011 a 2013, e tendência de crescimento das despesas e da DBGG, ampliando a NFGG a partir de 2013.

O comportamento da dívida pública (bruta e líquida) brasileira apresentou algumas oscilações. Entre 2000 e 2002, os problemas nas contas externas do País induziram o Bacen a elevar sensivelmente a taxa de juros. A queda no total de reservas internacionais levou o País a aumentar seu endividamento externo. Os efeitos foram imediatos no valor da dívida pública; as participações da dívida bruta e líquida atingiram respectivamente no período 78,7% e 59,8% do PIB.

O superávit primário do governo geral vinha apresentando redução, principalmente depois de 2008 até 2015. Além disso, os juros nominais da dívida tiveram tendência de redução de sua participação no PIB de 2003 até 2012; após este ano, ocorreu uma trajetória ascendente de crescimento até 2015. Destaca-se uma forte participação dos juros e amortização no âmbito das receitas do governo que vem se ampliando depois de 2008 e ambos, em 2014, representaram 41,9% das receitas do governo (BACEN, 2015c).

Fattorelli e Ávila (2015) mostram que foram gastos 45,11% (R\$ 978 bilhões) com juros e amortizações da dívida pública dos 2,168 trilhão do orçamento executado pela União no ano de 2014.

O pagamento de juros da dívida pública, que apenas nos primeiros nove meses de 2015 superou todo o ano de 2014, sofreu forte impacto das elevações na taxa Selic, nos preços internos e depreciação cambial. Em conjunto, tais variáveis provocaram a elevação das taxas que remuneram os títulos públicos, que, em média, passaram de 16,2% em agosto de 2014 para 29,3% no mesmo mês de 2015 (TESOURO NACIONAL, 2015).

De 2003 a 2013, o efeito do crescimento econômico foi essencial para o controle da dívida pública e as taxas de juros apresentaram retração. Além disso, o País conseguiu acumular grande volume de reservas internacionais, reduzindo sua dívida externa e aumentando seus créditos financeiros; porém, desde 2014, a economia tem aumentado seu nível de endividamento em uma velocidade superior ao crescimento do PIB, comportamento que pode ser explicado pela queda na receita real do governo ao lado de um rígido

padrão de gastos (que dificulta manobras do governo para se ajustar através de seu próprio esforço).

Diante da conjuntura da economia brasileira com os desequilíbrios das contas públicas, o aumento da taxa de juros como instrumento de política monetária no controle da inflação tem ampliado os problemas fiscais do governo e falhado em reduzir os níveis gerais de preços da economia. Assim, aumentar juros também significa a ampliação da dívida e dos problemas do governo, elevando sua incapacidade de realizar um esforço fiscal no círculo crescente de dívida e juros. A situação fica ainda mais complicada em função da volatilização dos instrumentos de política fiscal na condução da economia; o que atrofia a perspectiva de retomada do crescimento econômico. O consumo e o investimento estão em queda e o governo não tem tido capacidade de alterá-los.

### 3 Conclusão

A condução econômica dos últimos anos resvalou em instabilidades política e social, culminando, em 2015, com uma dominância política dos problemas da sociedade brasileira, que está à espera da recuperação da governabilidade e, por consequência, de fluidez da economia.

Além do mais, o modelo da política econômica brasileiro, que não se consolida através de um planejamento global estruturador e que tropeça, desde muito tempo, no tripé macroeconômico (metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário), criou uma crise, de tendência já anunciada, essencialmente nas contas públicas, na política e, por consequência, na economia em geral. O referido modelo não será capaz de modificar a economia no sentido necessário ao desenvolvimento, como a exemplo de economias desenvolvidas, com indústria forte e comércio favorável sob enfoque de manufaturas de competitividade internacional, carregadas de inovação e tecnologia, como aponta Chang (2004).

Necessita-se repensar o que se deseja para o Brasil, para que não o percamos nos caminhos das lamentações políticas, econômicas e sociais, diante de uma riqueza exaurida pela ignorância dos gênios da ciência, da política e do conhecimento das melhores soluções para o Brasil, para que não seja tarde o alcançar de uma nação sólida de bem-estar coletivo, acima de qualquer interesse individual ou institucional.

### Notas:

(1) O resultado fiscal do governo em seu conceito mais amplo, déficit nominal ou NFGG, é representado pela soma do déficit primário mais o pagamento de juros nominais. O déficit primário é entendido como o resultado das despesas e receitas não financeiras do governo geral durante um período de tempo definido. Já os juros nominais relacionam-se ao pagamento efetuado pelo governo geral aos títulos em estoque da dívida pública durante um período (BACEN, 2015c). A dívida do governo geral descreve o estoque de títulos que o governo deverá pagar ao longo do tempo. Conforme o governo consiga obter receitas superiores aos gastos realizados e a taxa que remunera os títulos diminua, a dívida declinará. Uma primeira forma de verificar o endividamento do País é por meio da dívida bruta do governo geral. Uma segunda forma pode ser deduzindo da dívida bruta os créditos que o governo possui junto aos agentes da economia. Esta distinção leva ao conceito

### Referências

- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Histórico das taxas de juros*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 18 nov. 2015a.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Série histórica do balanço de pagamentos - 5ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM5)*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAGBPM5>>. Acesso em: 05 nov. 2015b.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. *Dívida líquida e necessidade de financiamento do setor público*. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEDLSP>>. Acesso em: 10 nov. 2015c.
- CHANG, H.-J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Unesp, 2004.
- COSTA FILHO, S. A atividade política de combate à inflação: as políticas públicas de regime de metas e banco central independente como um retrocesso social. *Informe Econômico*, Teresina, a. 13, n. 27, p. 2-11, abr. 2012.
- COSTA FILHO, S. Globalização e crise: o jogo de ganha-ganha do capital financeiro. *Informe Econômico*, Teresina, a. 16, n. 31, p. 3-7, jun. 2014.
- COSTA FILHO, S. As medidas de política econômica do início do segundo mandato de Dilma Rousseff. *Informe Econômico*, Teresina, a. 17, n. 34, p. 55-60, jun. 2015.
- FATTORELLI, M. L.; ÁVILA, R. *Gastos com a dívida pública em 2014 superaram 45% do orçamento federal executado*. 05 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/>>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Taxa média geométrica de crescimento anual da população: sistema de contas nacionais trimestrais*. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD106>>. Acesso em: 10 nov. 2015a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Sistema de contas nacionais trimestrais*. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas\\_Nacionais/Contas\\_Nacionais\\_Trimestrais/Tabelas\\_Completas/Tab\\_Comp\\_CNT\\_20150828\\_091000.zip](ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Comp_CNT_20150828_091000.zip)>. Acesso em: 10 nov. 2015b.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND - IMF. *World Economic Outlook database*. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/02/weodata/download.aspx>>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- KEYNES, J. M. *A Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MAGALHÃES, J. P. A. *Macroeconomia do emprego*. In: CARDOSO JR., J. C. *Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do Ipea*. Brasília: Ipea, 2009. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro01\\_desafiosdodesenvolvimento09.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro01_desafiosdodesenvolvimento09.pdf)>. Acesso em: 15 maio 2013.
- TESOURO NACIONAL. *A dívida em grandes números*. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/a-dividaem-grandes-numeros>>. Acesso em: 11 nov. 2015.

**APÊNDICE A** - Produto interno bruto, produto interno bruto *per capita*, investimento, poupança, inflação, taxa de desemprego e população. Brasil. 1994-2015

Anos	Produto Interno Bruto (PIB)							Invest	Poup. Nac. Bruta	Taxa de inflação (1)	Taxa de desem (2)	Pop. (3)
	PIB preços constantes		PIB preços correntes		PIB per capita, preços const.	PIB per capita, preços correntes	PIB per capita, preços correntes					
	R\$ bilhões	Crec %	R\$ bilhões	US\$ bilhões	R\$	R\$	US\$					
							% do PIB	% do PIB	Cresc. %	% do total	milhões	
1994	690,5	5,3	356,8	558,4	4.414,0	2.280,9	3.569,5	24,2	21,4	916,4	4,6	156,4
1995	721,0	4,4	721,0	786,5	4.538,1	4.538,1	4.950,3	19,9	15,3	22,4	4,7	158,9
1996	736,8	2,2	857,9	853,9	4.567,1	5.317,6	5.293,0	17,6	14,8	9,6	5,4	161,3
1997	761,7	3,4	955,5	886,7	4.651,0	5.833,8	5.413,8	18,1	14,6	5,2	5,7	163,8
1998	764,4	0,4	1.006,0	867,1	4.598,1	6.051,0	5.215,9	18,5	14,6	1,7	7,6	166,3
1999	768,2	0,5	1.092,3	602,0	4.552,1	6.472,6	3.567,1	17,7	13,5	8,9	7,6	168,8
2000	801,9	4,4	1.202,4	657,2	4.623,1	6.932,2	3.789,3	19,1	15,4	6,0	7,1	173,4
2001	812,1	1,3	1.316,3	560,2	4.617,3	7.484,0	3.185,2	18,9	14,7	7,7	11,3	175,9
2002	837,1	3,1	1.491,2	510,6	4.695,3	8.364,5	2.864,2	17,6	16,1	12,5	11,7	178,3
2003	847,3	1,2	1.720,1	558,9	4.691,1	9.523,2	3.094,5	17,1	17,8	9,3	12,3	180,6
2004	895,3	5,7	1.958,7	669,6	4.894,5	10.708,5	3.660,9	18,0	19,8	7,6	11,5	182,9
2005	923,5	3,1	2.171,7	892,1	4.987,6	11.729,5	4.818,3	17,4	19,0	5,7	9,8	185,2
2006	960,4	4,0	2.409,8	1.107,8	5.126,6	12.863,6	5.913,4	18,0	19,3	3,1	10,0	187,3
2007	1.018,1	6,0	2.718,0	1.396,0	5.373,4	14.346,0	7.368,0	20,0	20,1	4,5	9,3	189,5
2008	1.069,2	5,0	3.107,5	1.694,6	5.582,2	16.224,6	8.847,7	21,8	20,1	5,9	7,9	191,5
2009	1.066,6	-0,2	3.328,2	1.666,8	5.511,1	17.196,0	8.611,8	19,0	17,5	4,3	8,1	193,5
2010	1.147,4	7,6	3.886,8	2.209,3	5.869,2	19.881,7	11.300,7	21,8	18,3	5,9	6,8	195,5
2011	1.192,3	3,9	4.374,8	2.613,1	6.040,4	22.162,3	13.237,6	21,8	19,0	6,5	6,0	197,4
2012	1.213,4	1,8	4.713,1	2.412,0	6.089,9	23.655,1	12.106,0	20,3	16,8	5,8	5,5	199,2
2013	1.246,7	2,7	5.157,6	2.391,0	6.201,2	25.655,3	11.893,7	21,0	17,2	5,9	5,4	201,0
2014	1.248,5	0,1	5.521,3	2.346,6	6.157,1	27.229,3	11.572,7	20,0	15,6	6,4	4,8	202,8
2015	1.210,7	-3,0	5.845,8	1.799,6	5.921,6	28.592,8	8.802,2	18,0	14,0	9,3	6,6	204,5

Fonte: International Monetary Fund, 2015.

Notas:

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Taxa acumulada no período.

(2) Pesquisa Mensal de Emprego (PME). Taxa média do período. Há mudança de metodologia a partir de março de 2002.

(3) Resultados estimados.

**\* Professor do Departamento de Ciências Econômicas (Decon) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), mestre e doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPI/REDE PRODEMA).**

**\*\* Professor auxiliar do Decon da UFPI.**

**\*\*\*Professor da UFPI; doutor em Ciências (Energia Nuclear na Agricultura) pela Universidade de São Paulo (1998).**